

“LIVREI O MUNDO DE UM DEMÔNIO: A HISTERIA E O PERFIL CRIMINAL DE MARIA NA REVISTA BOLETIM POLICIAL (1911)”

Álvaro Daniel Costa³⁴⁵

Resumo: Este trabalho, resultado de um exercício realizado para a disciplina “História, subjetividade e identificações”, cursada no doutorado em História, da Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE), tem por escopo apresentar uma análise a respeito da representação de uma mulher criminosa a partir de um relatório divulgado em uma revista produzida dentro da instituição policial carioca no ano de 1911. A publicação denominada “*Boletim Policial*” tinha por objetivo formar e informar a polícia no Rio de Janeiro através da divulgação de matérias científicas, perfis criminais, estatísticas e atos administrativos. Para tanto, optou-se em trabalhar como a histeria feminina é representada no discurso da revista “*Boletim Policial*,” além de perceber como a objetividade entra em choque com os aspectos subjetivos da personalidade analisada. Também se procurou trazer os debates sobre teoria do desvio, subjetividade, loucura e antropologia criminal para verificar a maneira como a acusada Maria foi avaliada pela polícia.

Palavras-chave: Boletim Policial; Subjetividade; Crime; Histeria.

“I RID THE WORLD OF A DEMON: HYSTERIA AND THE CRIMINAL PROFILE OF MARIA IN THE MAGAZINE “BOLETIM POLICIAL” (1911)”

Abstract: This paper, the result of an exercise carried out for the subject "History, subjectivity and identifications", taken at the doctorate in History, at the Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE), has the scope of presenting an analysis regarding the representation of a criminal woman from a report published in a magazine produced within the police institution in Rio de Janeiro in the year 1911. The publication called "Boletim Policial" had the objective of training and informing the police in Rio de Janeiro through the disclosure of scientific matters, criminal profiles, statistics and administrative acts. To this end, we chose to work on how female hysteria is represented in the discourse of the magazine "Boletim Policial", in addition to perceiving how objectivity clashes with the subjective aspects of the analyzed personality. We also tried to bring the debates about the theory of deviance, subjectivity,

³⁴⁵ Doutorando em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2366305027351126>. E-mail: alvarominogue@hotmail.com.

madness and criminal anthropology to verify how the accused Maria was evaluated by the police.

Keywords: Boletim Policial; Subjectivity; Crime; Hysteria.

Introdução

Estudar a prisão de Maria é trazer à tona a história emblemática de uma mulher do começo do século XX que fugia ao padrão imposto pela sociedade e que a fez ser classificada como histérica. Maria, como tantas mulheres silenciadas e tidas como histéricas, foi enquadrada dentro de um perfil de desvio patológico. Apesar da análise criminal ser relatada em uma revista pretensamente científica, vemos um discurso permeado de preconceitos e intolerância.

O contexto deste trabalho é o Rio de Janeiro do começo do século XX, período em que existiu um saber médico fortemente eugenista e machista. Para tal análise, se faz necessário pensar a figura de Maria enquanto uma personagem que necessita de um desenraizamento para compreendê-la, pois viveu em uma sociedade que não aceitava determinadas características femininas sem que elas fossem taxadas de loucas, histéricas, degeneradas e prostitutas. Maria, por estar fora desse molde de sociedade, foi classificada após o assassinato de seu esposo como histérica.

A revista analisada foi o *Boletim Policial*, cujo escopo era a formação da polícia da capital brasileira. Também tinha por objetivo informar a polícia, os delegados e os profissionais de segurança do Rio de Janeiro a partir da divulgação de matérias científicas, perfis criminais, estatísticas e atos administrativos.

A metodologia deste artigo é a análise de discurso, pois assim pode-se perceber as intencionalidades do texto a partir das palavras escolhidas pela polícia. Compreendendo esse léxico utilizado, visa-se entender as camadas

mais profundas das condições de produção do enunciado, ou seja, pensar como determinadas práticas sociais e profissionais estão inseridas em uma ordem do discurso. Sobre isso, Chartier (2009, p.48) aponta que “toda prática, seja qual for, se situa na ordem do discurso”. Por ser uma revista policial, nota-se que existe um perfil editorial que discursa muito no que tange ao controle dos corpos a partir das teorias de desvio da medicina legal. Foucault (2014, p.34) destaca que “a disciplina é um princípio de controle da produção de discurso”, ou seja, nota-se na revista *Boletim Policial* uma tentativa de regular os corpos desviantes em nome de uma ordem social. Sobre isso, Marcos Bretas na obra *Guerra das Ruas* (2018) chama a atenção para o fato da polícia ser uma instituição de controle encarregada de implementar as práticas penais, além de ser uma interventora da ordem social.

Histeria e crime: o início

Era julho de 1911 e mais um assassinato ocorreu em um subúrbio do Rio de Janeiro. A vítima era o marido de Maria. Trazia a Revista *Boletim Policial* de julho de 1911 que a acusada apresentava “indício de um estado mental patológico”³⁴⁶ sendo um “raro caso de degeneração mental em cujo terreno psychopatico, a hysteria sobreleva”³⁴⁷. A matéria assinada pelos médicos-legistas Jacyntho de Barros e Miguel Salles trouxe o caso específico de Maria como um exemplo de referência para os arquivos da medicina forense do Brasil.

³⁴⁶ BOLETIM POLICIAL (1911, p. 449).

³⁴⁷ BOLETIM POLICIAL (1911, p. 449).

A matéria denominada “*Hysteria e crime*” ocupa sete páginas da revista *Boletim Policial*³⁴⁸, dividida da seguinte maneira:

- Antecedentes de família;
- Antecedentes pessoais;
- Exame somático;
- Exame mental;
- Diagnóstico/conclusões.

Antes de relatar o delito, a revista traça um perfil de Maria apontando que ela era uma mulher de cor parda, com 38 anos de idade, sem profissão e que vivia desde os dezoito com seu marido, além do fato de ter nascido em Juiz de Fora, Minas Gerais. Os dados da polícia ainda apontam que não se tem muita notícia dos antecedentes familiares afirmando que a paciente não conheceu seu pai nem avós. Sua mãe se casou duas vezes, tendo quatro filhos no primeiro matrimônio, todos com partos difíceis. O pai de Maria era alcoólatra e morreu muito jovem.

O texto dos legistas avança para os dados pessoais de Maria, esses com muito mais riqueza de dados. Muitos aspectos foram contados pela tia da paciente afirmando que quando pequena Maria era perfeitamente sadia, tendo somente um ataque benigno de sarampo. Ainda quando criança Maria começou a aprender facilmente as primeiras letras, porém, pouco antes de completar 10 anos passou a sofrer “problemas da cabeça”³⁴⁹, “com fortes dores que obrigavam a deitar-se, dores acompanhadas de

³⁴⁸ A publicação denominada “*Boletim Policial*” tinha por objetivo formar e informar a polícia no Rio de Janeiro através da divulgação de matérias científicas, perfis criminais, estatísticas e atos administrativos.

³⁴⁹ BOLETIM POLICIAL (1911, p. 449).

tonturas que lhe davam a sensação de que rodava inteiramente”³⁵⁰. Aos 14 anos perdeu sua mãe e mudou-se para o Rio de Janeiro. Segundo os médicos, também menstruou no mesmo ano de morte de sua progenitora e que seu fluxo nunca era regular, ora faltava ou abundava, isso quando não parecia escasso ou retardado. A demora do seu fluxo menstrual coincidia com suas fortes dores de cabeça, além de frequentemente sofrer com “micções de leite”³⁵¹. Ainda na adolescência voltou a ter as mesmas vertigens de quando era criança.

Sobre o seu caráter, a revista aponta que Maria era uma criatura em geral moderada, porém com pequenas irritações que lhe davam uma aparência moral diferente da que mantinha cotidianamente. Já na vida particular, conta-nos o *Boletim Policial* que a jovem moça conheceu seu esposo aos 17 anos e quando era noiva contraiu varíola. Seu casamento foi feliz no começo sem maiores problemas ou “excessos sensuais”³⁵², já que era muito reservada. Ainda muito jovem iniciou seus estudos no “Lyceu de Artes e ofícios”³⁵³, contudo, não durou um mês em virtude de sua gravidez. A vida matrimonial de Maria durou 20 anos e ela não passou nenhuma dificuldade material ou demais privações.

Segundo depoimento de sua tia, pouco tempo depois do casamento começaram os problemas. Tourinho, marido de nossa protagonista, começou com umas ideias de suicídio o que fez Maria desgostar do casamento. Mesmo assim tiveram seis filhos, todos vivos, exceto o último. A tia em um vasto depoimento dado à polícia afirma que “depois de um tempo que não póde bem precisar, começou a viver em desavença

³⁵⁰ BOLETIM POLICIAL (1911, p. 449).

³⁵¹ BOLETIM POLICIAL (1911, p. 450).

³⁵² BOLETIM POLICIAL (1911, p. 450)

³⁵³ BOLETIM POLICIAL (1911, p. 450).

constante com o marido”³⁵⁴. A declaração ainda apresenta Tourinho na figura de bom pai e Maria daria má educação aos filhos. Contudo, um dos filhos contesta a versão da tia e diz que nem mesmo suspeitou que seus pais tivessem “rixas”.

Maria converteu-se ao espiritismo e frequentava as sessões com certa regularidade, sendo que também se dizia médium. Relatou à polícia que era muito protegida pelos espíritos bons e que seus guias a acompanhavam para o bem. Contudo, depois de um tempo começou ouvir vozes dizendo que Tourinho era um peste, um demônio. Esses sussurros espirituais fizeram com que Maria pegasse ojeriza do seu esposo. Apesar de ter introduzido Tourinho no espiritismo, houve muitas discussões entre os dois.

O ódio crescia a cada dia e Maria ouvia cada vez mais vozes. No dia sete de julho de 1911, os espíritos lhe deram um ultimato: “Tourinho era coisa ruim e era preciso matá-lo”³⁵⁵. Contudo, seu esposo não estava no Rio de Janeiro. Para dar-lhe fim, esperou até meia noite do dia 15 de julho. Em seu pensamento mais íntimo, esperou que seu marido tivesse morrido sob as rodas de um trem que voltava de Pirapora.

Chegando em sua casa, Tourinho adormeceu. Foi aí que os espíritos encorajaram Maria a dar cabo ao seu intento. Pegou uma machadinha e deu-lhe um golpe na cabeça. Maria declarou à polícia: “Ele roncou como um porco”³⁵⁶. Não satisfeita deu mais dois golpes e afirmou estar livre de um demônio. A revista *Boletim Policial* (1911, p. 451) aponta que:

Praticado esse crime a paciente narra com a maior calma, dizendo estar livre de um demonio, ter livrado o mundo de uma fera, arrependida de não ter feito há mais tempo e com um sorriso de satisfação nos labios, encaminha para a porta da rua, onde dá de

³⁵⁴ BOLETIM POLICIAL (1911, p. 450).

³⁵⁵ BOLETIM POLICIAL (1911, p. 451).

³⁵⁶ BOLETIM POLICIAL (1911, p. 451).

contro com um visinho que entrava despertado pelos gritos e choros dos seus filhos.

Segundo a polícia, Maria confessou o crime e na presença de testemunhas e sem relutância dizia que “Tourinho teria feito a ella sinão o praticasse ella antes”³⁵⁷.

Exames médico-legais

Característica do começo do século XX, os exames policiais se pautam por características dos estudos de Césare Lombroso, famoso por identificar os criminosos por seu aspecto físico, genético, estético ou racial. Maria não foge dessa regra quando a revista traz o seu “exame somático”³⁵⁸. O *Boletim Policial* relata que a paciente olhava pouco para as autoridades e apresentou-se calma no primeiro dia. Já no segundo dia encontrava-se trêmula e pouco dormira na noite anterior.

Tempos depois Maria foi transportada para a casa de detenção sem demonstrar arrependimento ou afeto aos seus filhos e passados mais uns dias manteve-se benévola, ainda que um pouco triste às vezes. Logo após sua prisão foi feita a coleta de seus dados antropométricos na tentativa de enquadrá-la como desviante.

³⁵⁷ BOLETIM POLICIAL (1911, p. 451).

³⁵⁸ BOLETIM POLICIAL (1911, p. 451).

Figura 1: Dados antropométricos de Maria

Seus dados anthropometricos são os seguintes :

Altura	1,53
Busto.	801/2
Grande abertura	1,64
Cabeça :	
Grande circumferencia	0,53
Arco posterior	0,262
» anterior	0,268
» lateral direito	0,26
» bi-zygomatico	0,32
» bi-articular	0,315
» bi-mastoideo.	0,338
Diametros :	
Antero posterior	0,18
Transverso	0,146
Bi-mastoideo.	0,126
Bi-articular	0,130
Bi-zygomatico	0,130
Indice cephalico.	80

Fonte: REVISTA BOLETIM POLICIAL (1911, p. 452).

Percebe-se a tentativa de ajustá-la como uma desviante por suas medidas corporais ou até mesmo no seu exame de urina. Contudo, a revista *Boletim Policial* (1911, p. 454) aponta que “os órgãos internos dos aparelhos circulatório, respiratório, digestivo e urinário não revelam ao exame, alteração de qualquer espécie, condizendo com o que nos referia a paciente: é sadia desde muitos anos”.

Figura 2: Exame de urina

O exame da urina deu o seguinte resultado.

Aspecto	turvo
Consistência	fluida
Côr.	amarello-citrina
Cheiro.	sui-generis
Reacção	acida
Deposito	abundante

Fonte: REVISTA BOLETIM POLICIAL (1911, p. 452).

Nota-se o esforço da investigação policial em encaixar a paciente pela via antropométrica, ou seja, procurar por suas “medições” características de “desvio social”. Gilberto Velho (1985, p.11) coloca que:

tradicionalmente, o indivíduo desviante tem sido encarado a partir de uma perspectiva médica preocupada em distinguir o “são” do “não-são”, ou do “insano”. Assim certas pessoas apresentariam características de comportamento “anormais”, sintomas ou expressão de desequilíbrio e doença.

Velho (1958, p. 12) ainda pondera que muitas dessas características também se relacionam ao conceito de *anomie*, que por sua vez seria a relação do desvio com a sociedade, ou seja, é uma teoria que se pauta pelo estado social de ausência de regras, onde os sujeitos não levariam em conta o controle social que determinadas sociedades são regidas. Um indivíduo não “adaptado” romperia a harmonia social gerando um desequilíbrio.

Vale apontar que, assim como diz Velho (1985, p.17), “a própria noção de desviante vem tão carregada de conotações problemáticas que é

necessário utilizá-la com muito cuidado”, pois a própria ideia de desvio “implica na existência de um comportamento médio ou ideal”³⁵⁹. Contudo, nota-se essa tentativa da polícia em encaixar Maria como uma “desviante”. Verifica-se desde o começo da análise criminal da personagem uma tentativa de encaixá-la em um padrão comportamental de desvio, seja pela via médica, moral, cultural, social ou religiosa. Nota-se que a classificação deveria ser pretensamente científica. Todavia, já nas primeiras linhas, os médicos legistas Jacyntho de Barros e Miguel Salles utilizam da subjetividade da personagem para enquadrá-la como doente mental.

Pode-se dizer que tanto o saber médico quanto o policial, apesar de pretensamente científico, é primeiramente elaborado culturalmente. Tem-se aí um conflito, que Velho (1985, p, 25) acredita ser uma crise de linguagem. Quando existe esse conflito de linguagem temos um confronto entre estruturas culturais desiguais. Sobre isso, Velho (1985, p.25) lembra que “o problema da doença mental é percebido como relacionado a uma crise de linguagem e a um confronto entre indivíduos que ocupam posições estruturalmente desiguais”. Velho (1985, p.27) complementa que o desviante “é um indivíduo que não está fora de sua cultura, mas que faz uma leitura divergente”.

Percebe-se no caso Maria o saber médico para além de uma possível desordem no corpo físico, mas algo que vai para uma esfera moral. Nota-se a correlação do desvio com as questões morais da sociedade, pois somente a medição craniana ou corporal não daria conta de explicar o porquê a paciente era desviante.

³⁵⁹ Velho (1985, p.17).

A histeria na história

De acordo com Belintani (2003, p. 56), "a histeria vem sendo objeto de estudo desde os primórdios da medicina, na Grécia Antiga com Hipócrates". A diagnose para uma pessoa intitulada histérica era chamada de neurose histérica ou histeria de conversão. Segundo Michaelis (2022, p.1007), histeria significa uma "psiconeurose que se caracteriza por falta de controle de atos e emoções e por grande variedade de outros sintomas que muitas vezes simulam doenças orgânicas (supunha-se que tinha origem no útero). Também pode ser compreendida como "neurose que se caracteriza por uma série de manifestações funcionais de aparência orgânica, como crises nervosas, catalepsia, paralisias etc., além de distúrbios psíquicos como o onirismo, a amnésia, a mitomania e outros". Outra significação seria que histeria é uma "manifestação de sintomas emocionais e/ou físicos de natureza idêntica, que se apresenta em forma de um comportamento irracional de um grupo de pessoas diante de um acontecimento".

Segundo Belintani (2003, p.57) "Hipócrates, médico renomado da Grécia Antiga (460-377 a.C) entendia a histeria como sendo uma doença orgânica de origem uterina e, portanto, especificamente feminina que afetava todo o corpo por sufocações da matriz". Vale apontar que ao longo da história houve uma mudança na concepção de histeria. De acordo com Belintani (2003, p. 57), durante a Idade Média "a histeria deixou de ser abordada pela medicina e, sob a influência das ideias religiosas mais especificamente as concepções agostinianas, passou a ser objeto da Teologia". O sentido religioso como se as mulheres fossem possuídas pelo demônio. Contudo, somente no século XVIII que a histeria retorna ao pensamento médico com mudanças na terminologia como, por exemplo, a substituição do termo histeria por neurose de guerra ou histeria de conversão dentre outras modificações.

O exame mental e o diagnóstico de Maria: as justificativas médico-legais

Para comprovar a histeria de Maria realizou-se o exame mental. Os médicos Jacynto de Barros e Miguel Salles relataram que a paciente estava orientada no meio, tempo e espaço com pequenas falhas nas suas manifestações conscientes. Diziam os legistas que no começo parecia que não sabia bem onde se achava fazendo confusão da ordem cronológica dos fatos da sua vida bem onde encontrava.

Mais adiante, o laudo explicava que depois de um tempo, Maria começou a revelar grandes distúrbios de percepção, alucinações auditivas e que passou a ouvir as vozes dos espíritos que ordenaram a morte de seu marido. Chamou a atenção dos profissionais os cheiros sentidos por ela como, por exemplo, o odor de cebolas ou da flor da noite.

Diziam os médicos que a acusada tinha muitas alucinações, sentia a aproximação dos espíritos, os quais a transmitiam uma sensação de agradável frescor. Constantemente os exames apontavam sua consciência sobre o crime cometido, tendo a personagem a plena noção do que havia feito. Contudo, constantemente a paciente apresentava falhas de memória, mesmo na reprodução de fatos comuns durante as conversas. Dizia o relatório que “há vezes como que pequenos alheamentos da personalidade que a fazem perder o fio do que dizia”³⁶⁰.

A revista *Boletim Policial* (1911, p. 453) ainda aponta que:

M.F. não reproduz de memória uma pequena serie de algarismos; é que nella tambem a atenção é bastante vaga. A ideação da paciente, desde alguns dias de antes da data do crime, caracterizava-se pela obsessão homicida que della se aponderou por força das allucinações auditivas, como ella propria diz, a

³⁶⁰ BOLETIM POLICIAL (1911, p. 453).

perseguiam, levando-a ao crime, para alliviar a ela e ao mundo de “um demomio, uma fera”.

Os constantes esquecimentos e enfraquecimento da atenção da paciente despertaram a curiosidade dos legistas bem como a não afeição aos seus filhos. Segundo a revista *Boletim Policial* (1911, p. 455):

assim era, nesse ponto, o que dizer do enfraquecimento da atenção, das pequenas falhas de memoria reproductiva, da profunda peverção da affectividade que, na observada, atingia ao ponto de fazel-a não ter uma palavra de carinho, de saudade para com os filhos que abandonara na mais dolorosa das situações? A perda de peso do senso moral de que M.F. dá provas com a apparente inconsciencia da monstruosidade do seu crime, e com a facilidade que julga poder ver-se livre da cadeia, é mais subsidio para o mesmo diagnostico.

Notou-se cada vez mais os sinais mórbidos de Maria. Também dizia a polícia que a perda da afetividade era uma das feições predominantes na acusada, além de um fundo erótico já manifestado no segundo dia de análise. Maria murmurava ao ouvido os médicos dizendo-se com saudades, além de querer um abraço dos profissionais. Os legistas apontaram que “sentia-se-lhe o desejo de estar conosco; no correr da conversa, em mais de uma ocasião, sem que para isso houvesse motivo, accusava o fundo sensual que estava a dominala”³⁶¹. No mesmo dia desta fala, Maria se despediu dos médicos da seguinte maneira:

“gostei muito do Sr”. Perguntámos: Mas é mesmo amor? Respondeu: “é mais, é o começo de uma paixão, gostei do Sr., não só pela beleza, como pelo mais”. No seguinte dia, ao iniciarmos a conversa, mais se accentuaram essas tendencias amorosas. Dormira melhor, estava mais calma. Disse-nos de novo querendo abraçar-nos.

Na visão da polícia o fundo erótico seria comum nas histéricas e, no caso de Maria, seria identificável facilmente. O diagnóstico final a apresenta

³⁶¹ BOLETIM POLICIAL (1911, p. 453).

como alienada, temperamento mórbido, sinais de “degeneração mental (psycopatia)”³⁶² e epilepsia. Os antecedentes não foram poupados do relatório final, consta que para o diagnóstico foram levados em consideração o alcoolismo paterno, as micções de leite na puberdade, as vertigens na infância e na adolescência. De acordo com os legistas, as predisposições hereditárias pesariam nesses cérebros e os conduziram a uma psicose degenerativa.

Segundo os médicos, “tudo nos poderia levar a ver em M.F, um fundo comicial”³⁶³ e também “prova de seu estado mental perturbado”³⁶⁴. Outro ponto colocado no laudo era a extrema violência do ato praticado por Maria, pois ela havia deixado “esfrangalhado o craneo da victima”³⁶⁵. O caráter da paciente também é registrado como fato preponderante para encaixá-la como psicopatia, além disso o fato dela ser espírita corrobora para o diagnóstico final. Segundo a polícia:

O carater da paciente “que sempre teve qualquer coisa de estranho”, na phrase de sua tia D.G. a propria facilidade com que deixou-se dominar pelo espiritismo, anulando por auto-sugestão as suas forças volitivas falam de um diagnostico de psychopatia constitucional. BOLETIM POLICIAL (1911, p. 454)

As práticas espíritas possuem destaque no laudo, sendo, segundo a polícia, “muitas vezes função de degeneração mental”³⁶⁶. Além de todos esses pontos, os legistas citam a obsessão de Maria que por dois meses parece ter lutado para que a vontade dos espíritos não se concretizasse, torcendo até mesmo para que um trem atropelasse seu esposo para que não fosse necessário matá-lo. Segundo os médicos, o alívio posterior depois

³⁶² BOLETIM POLICIAL (1911, p. 454).

³⁶³ BOLETIM POLICIAL (1911, p. 454).

³⁶⁴ BOLETIM POLICIAL (1911, p. 454).

³⁶⁵ BOLETIM POLICIAL (1911, p. 454).

³⁶⁶ BOLETIM POLICIAL (1911, p. 455).

do crime seria uma das principais características obsessivas. Disse Maria à polícia repetidas vezes: “livrei o mundo de um demônio” ³⁶⁷.

Por fim, o diagnóstico explica o que une a histeria ao crime afirmando que as histéricas colocam seus caprichos acima de tudo, com um senso de dever pouco desenvolvido e que nada sabem recusar. Afirmam os legistas para a revista *Boletim Policial* (1911, p. 455):

Quanto á connexão que une a hysteria ao crime, escreve Paulina Tarnovsky, é incontestável que entre os criminosos encontram-se muitas mulheres hystericas. Se se levar em conta que nas mulheres hystericas a facilidade de reagir contra as tendencias impulsivas é abolida de alguma sorte , que nada sabem recusar, que nada sabem recusar, que desejo que nellas despontou por accidental ou passageiro que seja exige satisfação immediata, que as hystericas collocam seus caprichos acima de tudo, que o sentimento do dever é nellas muito pouco desenvolvido e a vontade fraca, pode-se suppor não sem razão que nevrose hystericas desfructa de um certo papel e constituem terreno favoravel à criminalidade.

A sugestão final do documento analisado para o caso é o recolhimento de Maria para um hospital de alienados para uma observação e tratamento adequados. Declaram por fim que a paciente em questão se revelou uma psicopata, cujo terreno degenerativo a histeria predomina.

O processo de subjetivação do caso Maria

Mais do que trazer uma história da loucura ou relatar os pormenores de um ato criminoso é importante pensar o caso de Maria como um estudo de subjetividade e sensibilidade. Pesavento (2004, p.2) explicita que devemos compreender essa dimensão do sensível “como uma outra forma de apreensão do mundo para além do conhecimento científico”. Ainda na visão de Pesavento (2004, p.2) “as sensibilidades corresponderiam a este

³⁶⁷ BOLETIM POLICIAL (1911, p. 455).

núcleo primário de percepção e tradução da experiência humana que se encontra no âmago da construção de um imaginário social". Vale apontar que este conhecimento do universo do sensível opera como uma forma de reconhecimento e tradução de uma realidade que brota da dimensão do não racional ou de construções mentais mais elaboradas, ou seja, dos sentidos ou do íntimo de cada indivíduo.

Já para Rolnik (1995, p.54), a subjetividade estaria em um processo de diferenciação, ou seja, um ponto que foge da ideia de equilíbrio. Para trabalhar a subjetividade, Rolnik (1995, p. 50) recorre às explicações da Física onde faz um paralelo com a explicação do conceito de Termodinâmica, pois é através desse conceito que "se introduz o reconhecimento de instabilidade". A autora ainda discorre que a coexistência dos corpos não é neutra, pois ela tem como resultado "provocar em cada um deles, turbulências, causadoras de transformações irreversíveis" (ROLNIK, 1995, p.50). Essa turbulência que provocaria o rompimento de uma ordem estabelecida seria onde moraria, justamente, a subjetividade. Os processos de subjetivação estariam, portanto, longe do equilíbrio ou como diz Rolnik (1995, p. 53) "o estranho em nós". Vale dizer que esse "estranho" é uma dimensão invisível muitas vezes de difícil acesso. Contudo, mesmo que o *Boletim Policial* seja uma revista científica, o discurso sobre Maria aponta para um caminho que vai além do puro objetivismo, mostrando as fragilidades, experiências e singularidades da personagem analisada. Perceber essas sensibilidades faz com que se compreendam as alteridades, neste caso, Maria como uma mulher do subúrbio, mãe de seis filhos, espírita com poderes mediúnicos.

A polícia, na ânsia de estabelecer um diagnóstico, recorreu para além da antropometria ao estabelecer fatores subjetivos que ultrapassavam os saberes médicos. A perícia colocada em sete páginas do *Boletim Policial*

captou de Maria os seus hábitos, costumes, rotinas e práticas religiosas. Antes de traçar o perfil criminal da personagem, a polícia precisou estabelecer a trajetória de vida de Maria. O simples ato de enquadrar como histérica não bastava.

Termos como “conducta morigerada”; “hysterica”, “degeneração mental” são esboçadas logo nas primeiras linhas da revista³⁶⁸. Sobre isso, Wadi (2006, p.297) afirma que as “leituras de senso comum ou naquelas ditas científicas, encontraremos ainda hoje, com certeza e em grande quantidade, a atribuição imediata do rótulo louca”.

Durante muito tempo as personagens ditas “loucas”, “histéricas” foram silenciadas ou relegadas a um protótipo dentro das pesquisas médicas. Hoje essas mulheres são trazidas à história de outras maneiras, percebendo-se suas subjetividades e suas experiências ímpares nas mais diversas fontes. No caso de Maria é possível reconstruir não somente a história do crime, mas sua história de vida. Mais do que apenas topicalizar sumariamente o acontecido no dia, é importante verificar o porquê da personagem ser enquadrada como histérica, aspecto esse que esteve ligado não somente a critérios objetivos, mas subjetivos de existência. Vale ressaltar que essas leituras que visam atribuir rótulos são critérios mediados por relações de poder. Wadi (2006, p.297) reflete que:

Não nos enganemos, no entanto, pois tais leituras, que atribuem rótulos e lugares para as pessoas, não são unificadoras nem unívocas. Critérios diversos presidem tais atribuições, critérios nem sempre claros ou explícitos, amadurecidos ou refletidos – ancorados na tradição, mediados por relações de poder, por experiências e costumes, por conceitos e preconceitos, teorias, crenças religiosas ou morais. Critérios moldados e fixados pelas sociedades de acordo com o contexto cultural e o momento histórico que vivem, mas em embate, adequação e transformação constante.

³⁶⁸ REVISTA BOLETIM POLICIAL (1911, p. 449).

Pensando no caso de Maria é possível verificar tais rótulos dentro de uma área específica: a medicina. Mesmo que o saber médico tente pensar por critérios objetivos, é na desrazão que muitos crimes são analisados. É possível verificar o que Wadi (2006, p. 299) chama de momentos de “disrupção” ou “desterritorialização”. Essa disrupção pode ser entendida como o momentos de subjetivação, pois são nesses contextos que são construídas experiências múltiplas, tendo na loucura um exemplo.

Ainda sobre uma possível explicação terminológica, Perbart (1990 apud Wadi 2006, p.299) explica que:

Por louco entendo esse personagem social discriminado, excluído e recluso. Por loucura, que para facilitar chamarei (...) de desrazão, entendo uma dimensão essencial de nossa cultura: a estranheza, a ameaça, a alteridade radical, tudo aquilo que uma civilização enxerga como o seu limite, o seu contrário, o seu outro, o seu além.

Essa loucura é pensada na psiquiatria como uma doença mental, bem claro na análise médica da personagem central deste artigo. Contudo, é nos momentos disruptivos que notamos os momentos de subjetivação de Maria como, por exemplo, na sua interação com os policiais, médicos ou no discurso sobre seu falecido esposo.

Considerações finais

Buscou-se na personagem Maria compreender como os processos de subjetividade a taxam como histórica, degenerada ou ainda psicopata. Notou-se que o discurso médico procurou enquadrá-la como doente primeiramente por critérios objetivos da antropometria médico-legal, todavia, na tentativa falha de inseri-la como desviante por suas medições corpóreas ou genéticas, utilizaram-se de aspectos subjetivos de sua existência.

Pesou-se para o diagnóstico final, não somente um histórico genético familiar, mas características consideradas estranhas em Maria como, por exemplo, ouvir vozes dos espíritos, não sentir afeição aos seus filhos ou ainda a tentativa de sedução do corpo médico. Também deve-se pensar o contexto de análise da personagem que é o começo do século XX, período de uma medicina eugênica muito forte, além dos aspectos culturais da sociedade brasileira como o patriarcado e o fato de ser uma população essencialmente católica. Maria foge à regra da mãe amorosa, não é católica, fora os outros problemas familiares que a enquadram como histérica.

Percebe-se a todo custo a tentativa de encaixá-la dentro do padrão de histérica. Apesar de se pretender objetiva, Maria é analisada desde o começo por sua subjetividade. O presente trabalho também serviu para verificar como a medicina construiu e classificou o que seria a histeria e por quais motivos a personagem analisada deveria ser colocada de tal forma. Também se verificou como a medicina busca uma identidade determinista para encaixar seus pacientes estudados dentro de determinados aspectos que visam ser extremamente objetivos. Contudo, apesar da tentativa de anulação das subjetividades, a medicina e a polícia buscam as explicações em critérios subjetivos.

Referências

- BARROS, Jacyntho de; SALLES, Miguel. Hysteria e Crime. Boletim Policial, Rio de Janeiro, jul-set 1911.
- BELINTANI, Giovani. Histeria. PSIC - Revista de Psicologia da Vetor Editora, Cubatão, v. 4, n. 2. 14 p, 2003. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142003000200008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 19 jan. 2022.
- BOLETIM POLICIAL. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911. Mensal.

- BRETAS, Marcos Luiz. A guerra das ruas: povo e polícia na Cidade do Rio de Janeiro (1889-1907). Rio de Janeiro: Gramma, 2018. 188 p.
- CHARTIER, Roger. A história ou a leitura do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- HISTERIA. In: Michaekis, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/pooxM/histeria/>. Acesso em: 19/01/2022.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. OpenEdition Journals. 2004. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/229>. Acesso em: 19 jan. 2022.
- PELBART, Peter P. Os loucos, trinta anos depois. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n.42, p. 171-176, jul. 1995.
- VELHO, Gilberto. O estudo do comportamento desviante: a contribuição da Antropologia Social. In: VELHO, Gilberto. Desvio e divergência: Uma crítica da patologia social. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1985. 144 p. cap. 1, p. 11-28.
- ROLNIK, Suely. Subjetividade e História. Rua, Campinas, v. 1, n. 1. 13 p, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638916/6519>. Acesso em: 19 jan. 2022.
- WADI, Yonissa Marmitt. Quem somos nós, loucos!?: Um ensaio sobre limites e possibilidades da reconstituição histórica de trajetórias de vida de pessoas internas como loucas. Anos 90, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24. 32 p, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6411>. Acesso em: 19 jan. 2022.